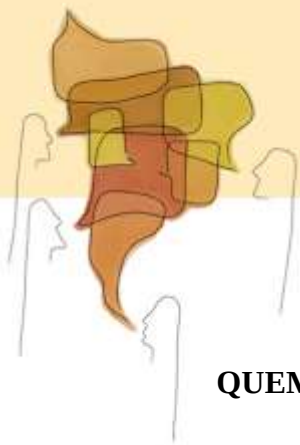




QUEM SÃO AS FAMÍLIAS EM DÉFICIT HABITACIONAL? UMA ANÁLISE DO CASO DE JACAREÍ-SP

Priscila Kauana Barelli Forcel¹

Tatiane Ferreira Olivatto²

Júlia Neves Andrade³

Elza Luli Miyasaka⁴

Tiago Augusto da Cunha⁵

RESUMO

O acesso à moradia digna é um desafio urbano significativo, e o déficit habitacional reflete desigualdades socioeconômicas e padrões históricos de urbanização. Este estudo analisa o perfil sociodemográfico das famílias em situação de déficit habitacional, com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010 e a metodologia da Fundação João Pinheiro (FJP). Os resultados indicam que a coabitação familiar não desejada e o ônus excessivo com aluguel são os principais componentes do déficit no município e afetam predominantemente mulheres, indivíduos pretos e pardos e famílias com menor escolaridade e renda. A espacialização do déficit revela que as áreas mais vulneráveis estão concentradas na região central e nas zonas leste e oeste, reflexo dos padrões históricos de uma urbanização desordenada. A análise evidenciou que a precariedade habitacional não está apenas relacionada à infraestrutura das moradias, mas também às condições socioeconômicas das famílias. Os achados do estudo reforçam a necessidade de políticas públicas integradas, voltadas para a ampliação do acesso à moradia digna e a melhoria das condições sociais e econômicas da população vulnerável. Além disso, sugere-se a realização de novas pesquisas com base nos dados do Censo Demográfico de 2022, que irão possibilitar análises comparativas e a avaliação do impacto das políticas habitacionais adotadas nos últimos anos.

Palavras-chave: Perfil demográfico; Vulnerabilidade social; Desigualdades socioeconômicas; Políticas Públicas; Precariedade habitacional.

INTRODUÇÃO

O acesso à moradia digna é um dos principais desafios urbanos contemporâneos. O conceito de déficit habitacional vai além da falta de moradias, pois inclui condições inadequadas de habitabilidade, precariedade da infraestrutura e insegurança de posse (ONU,

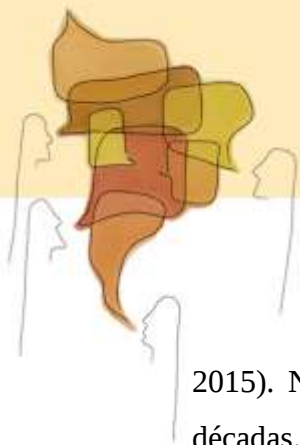
¹ Mestranda em Engenharia Urbana – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana – PPGEU/UFSCar. E-mail: priscilaforcel@ufscar.br ORCID: 0000-0002-1321-4716.

² Doutoranda em Engenharia Urbana – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana – PPGEU/UFSCar. E-mail: tatianeolivatto@ufscar.br ORCID: 0000-0002-5770-7088.

³ Doutoranda em Engenharia Urbana – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana – PPGEU/UFSCar. E-mail: julianeves@estudante.ufscar.br ORCID: 0000-0001-8843-4142.

⁴ Docente da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. E-mail: elza.miyasaka@ufscar.br ORCID: 0000-0003-4480-9672.

⁵ Assessor Técnico Especializado na Coordenação-Geral de Projetos Especiais – Ministério das Cidades E-mail: tiagoaugustodacunha@gmail.com ORCID: 0000-0002-4634-8497.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

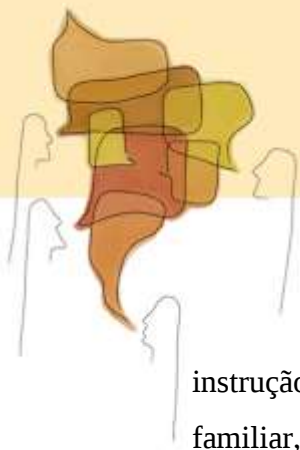
2015). No Brasil, essa questão tem sido amplamente debatida e aprimorada ao longo das décadas. Segundo a Fundação João Pinheiro (2019), o déficit habitacional é mensurado por quatro critérios principais: habitações precárias, coabitação familiar não desejada, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo em domicílios alugados.

O déficit habitacional é um fenômeno multifacetado, reflete não apenas a insuficiência numérica de moradias, mas também a precariedade, a inadequação e a inacessibilidade econômica ao espaço habitacional digno. Em contextos urbanos, particularmente nas cidades de médio porte, entender a natureza e a distribuição desse déficit são essenciais para orientar políticas públicas de habitação, planejamento urbano e inclusão social.

Ainda que o foco deste estudo esteja na caracterização estatística do déficit habitacional, reconhece-se a relevância de abordagens interseccionais que articulem gênero, raça e classe para compreender as dinâmicas de exclusão habitacional no Brasil. Autores como Maricato (2002); Rolnik (2015) e Gonzalez (1988) contribuem para esse debate ao evidenciar como os processos urbanos e raciais se entrelaçam na produção da desigualdade socioespacial. Villaça (2012) ressalta que a localização dos grupos sociais no território urbano não é fruto de uma escolha individual, mas sim de um constrangimento imposto pelas dinâmicas estruturais da cidade. As áreas menos valorizadas tendem a ser ocupadas pelas populações mais vulneráveis, delineando vetores de expansão urbana baseados na renda e promovendo uma aparente naturalização da segregação socioespacial. Essa lógica excludente – investigada por autores como Bonduki (1988) e Maricato (1999; 2002) – se expressa por meio de investimentos seletivos, desigualdades no acesso ao mercado imobiliário, percursos contrastantes de mobilidade urbana e formação de vastas periferias urbanas marcadas pela irregularidade e pela clandestinidade.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como **objetivo** analisar o perfil populacional das famílias em situação de déficit do município de Jacareí-SP, com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010)⁶. São consideradas variáveis relacionadas a aspectos sociodemográficos, educacionais e econômicos, organizadas em três grupos de análise: Grupo 1: Sexo, cor ou raça, estado civil; Grupo 2: Alfabetização e nível de

⁶ A utilização dos microdados do Censo Demográfico de 2010 é devido a não publicação dos microdados do Censo Demográfico de 2022 até fevereiro de 2025.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

instrução; Grupo 3: Rendimento mensal total em número de salários mínimos, composição familiar, número de pessoas na família.

A análise dessas variáveis permite identificar os grupos mais afetados pela escassez de moradias e os fatores associados à vulnerabilidade habitacional. Os resultados contribuem para o aprimoramento das discussões acadêmicas e para o desenvolvimento de estratégias urbanas voltadas à redução do déficit habitacional, com atenção especial à superação das desigualdades sociais historicamente constituídas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

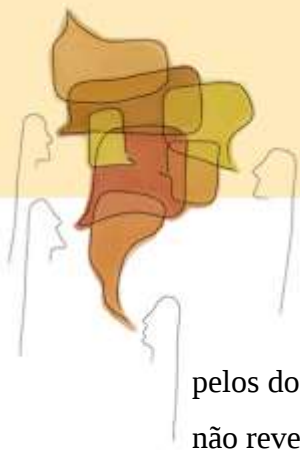
Este estudo utiliza os microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, com foco no município de Jacareí-SP. A espacialização do déficit foi organizada por áreas de ponderação, com base na população em déficit. O município está dividido em oito áreas de ponderação (IBGE, 2010), utilizadas para a análise intramunicipal do fenômeno.

O cálculo do déficit habitacional seguiu a metodologia da Fundação João Pinheiro (2013), com adaptação para aplicação sobre os microdados censitários. Embora a Fundação João Pinheiro (FJP) utilize tradicionalmente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), optou-se pela utilização dos microdados do Censo Demográfico devido à possibilidade de maior desagregação espacial da análise, aspecto fundamental para municípios de médio porte como Jacareí. Essa estratégia metodológica é validada por estudos como os de Miranda-Ribeiro; Viana e Azevedo (2015).

As variáveis sociodemográficas analisadas foram: sexo, cor ou raça, estado civil, alfabetização, nível de instrução, rendimento mensal total em número de salários mínimos, composição familiar e número de pessoas na família. Reconhece-se as limitações da variável “estado civil” – que não captura adequadamente a diversidade contemporânea de arranjos familiares, como uniões consensuais e homoafetivas –, a interpretação dessa variável foi complementada pela análise da “composição familiar” e da “condição no domicílio”.

As variáveis relacionadas ao déficit habitacional foram extraídas conforme os componentes definidos na metodologia da Fundação João Pinheiro (2013) e contemplam os seguintes aspectos:

I) Habitações Precárias, definidas por domicílios improvisados, definidos como aqueles instalados em estruturas sem fins residenciais, como barracas, pontes, entre outros e



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

pelos domicílios rústicos aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, como taipa não revestida, palha, sem parede;

II) Coabitação Familiar não Desejada, compreendida pela soma das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir domicílio exclusivo;

III) Ônus Excessivo com Aluguel, determinado pelo número de famílias com renda de até três salários mínimos que residem em domicílios urbanos duráveis e que desembolsam mais de 30% de sua renda com pagamento de aluguel;

IV) Adensamento Excessivo de Moradores em Domicílios Alugados, domicílios com mais de três moradores por dormitório, o que configura a superlotação e o comprometimento da qualidade de vida (FJP, 2013; Miranda-Ribeiro; Viana; Azevedo, 2015).

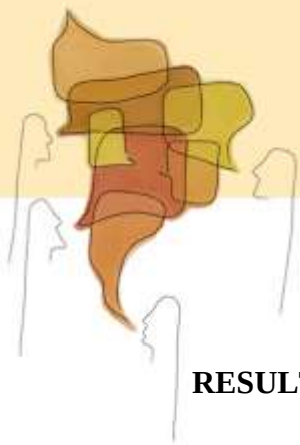
O processamento e a análise dos microdados ocorreram na plataforma *Google Colab*, por meio da linguagem *Python*. O fluxo metodológico seguiu as etapas:

1) Coleta e organização dos dados: Os dados foram extraídos do Censo Demográfico 2010 e organizados, foram considerados somente os dados urbanos, com foco nas variáveis sociodemográficas e habitacionais relevantes para o estudo;

2) Pré-processamento dos dados: As bases foram tratadas, e feita a renomeação de variáveis para facilitar a interpretação e a transformação de colunas categóricas. Nas variáveis estado civil, sabe ler e escrever e rendimento mensal total em número de salários mínimos, os dados ausentes foram agregados à nomenclatura “não se aplica”. Já na variável composição familiar, os dados ausentes foram complementados com análises intermediárias das variáveis “Tipo de Composição Familiar das Famílias Únicas e Conviventes Principais” e “Tipo de Composição Familiar das Famílias Conviventes Secundárias”.

3) Análise estatística: Para caracterizar a distribuição dos dados, foram calculadas distribuições percentuais sobre diferentes aspectos sociodemográficos, como sexo, cor ou raça, estado civil, nível de instrução, e rendimento mensal. O uso de tabelas cruzadas (*crosstabs*) permitiu identificar a distribuição dessas variáveis nas diferentes categorias de déficit habitacional;

4) Visualização dos resultados: Gráficos de barras empilhadas foram gerados para representar as distribuições percentuais das variáveis em relação aos diferentes tipos de déficit habitacional.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

RESULTADO E DISCUSSÃO

O processo de urbanização de Jacareí teve início no século XVII, intensificado com a inauguração da ferrovia em 1876 e, posteriormente, com o crescimento industrial impulsionado pela Rodovia Presidente Dutra em 1951. A ocupação concentrou-se inicialmente na margem direita do Rio Paraíba do Sul, por volta de 1940, expandindo-se para a margem esquerda a partir da década de 1960. Entre 1940 e 1980, o aumento da população urbana promoveu a expansão para regiões periféricas, resultando em um crescimento horizontal e disperso, especialmente ao longo dos eixos leste e oeste (Jacareí, 2010; Vieira, 2015).

Como em outros municípios brasileiros, o processo de urbanização de Jacareí esteve diretamente associado à expansão do capital industrial e à formação desigual das cidades (Maricato, 1999; 2002). O crescimento urbano desordenado, segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social (Jacareí, 2010) agravou os desafios de infraestrutura e habitação.

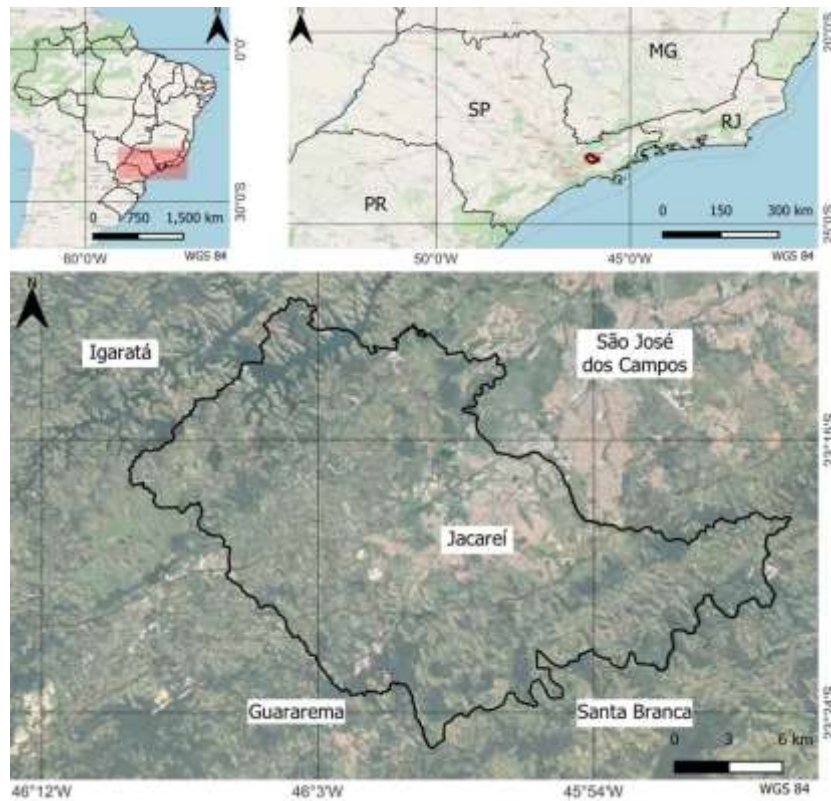
Jacareí integra a sub-região 1 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), situada a aproximadamente 82 km da capital paulista (Figura 1). Em 2010, o município apresentava uma população de 211.308 habitantes e um grau de urbanização de 98,62% (IBGE, 2010). De acordo com o Censo de 2022, a população atingiu 240.275 habitantes, com densidade demográfica de 517,53 hab./km² (IBGE, 2022). Em 2010, o município contava com 64.512 domicílios, dos quais 98,6% estavam em áreas urbanas (IBGE, 2010).

III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

FIGURA 1 – Mapa de localização de Jacareí-SP



Fonte: Forcel *et al.* (2024).

Déficit Habitacional

A construção do indicador do déficit habitacional no Brasil começou na década de 1990, com o objetivo de mensurar as carências habitacionais e suas implicações para o planejamento urbano (Russo, 2017). A FJP se consolidou como referência nacional, e define o déficit habitacional a partir da necessidade de reposição do estoque – habitações precárias – e do incremento do estoque, que considera coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo em domicílios alugados (Magnabosco; Cunha; Garcia, 2012; Miranda-Ribeiro; Viana; Azevedo, 2015).

A aplicação desta metodologia aos microdados do Censo Demográfico possibilita análises em nível municipal, aspecto fundamental para a formulação de políticas públicas habitacionais adequadas à realidade local (Santana, 2020). A associação entre os componentes do déficit habitacional definidos pela FJP e as variáveis sociodemográficas analisadas neste estudo permite compreender não apenas a dimensão quantitativa do déficit, mas também os perfis populacionais mais afetados, aprofundando a caracterização da vulnerabilidade

III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

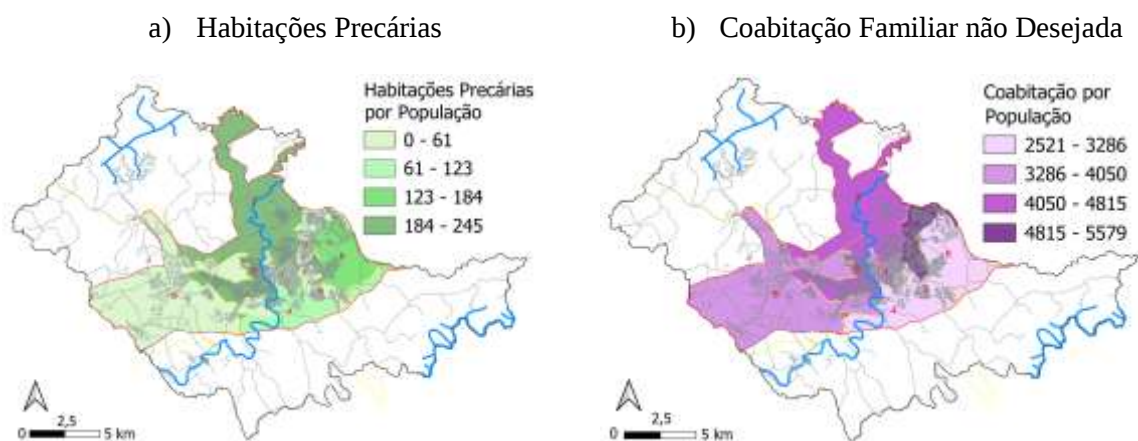
UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

habitacional. Ao utilizar recortes interseccionais, o estudo amplia o potencial explicativo do diagnóstico e reforça sua utilidade como subsídio para a elaboração de políticas públicas focalizadas e socialmente eficazes.

Em 2024, dados da FJP indicavam que o Brasil apresentava um déficit habitacional de aproximadamente 6,2 milhões de domicílios, concentrado principalmente em áreas urbanas e impactando, de maneira desproporcional, as famílias de baixa renda (FJP, 2023). Apesar das limitações reconhecidas, a metodologia da FJP permanece como uma das ferramentas mais consolidadas para orientar o planejamento habitacional no país e para qualificar o debate sobre a necessidade de moradia digna.

No caso de Jacareí, a espacialização do déficit habitacional revelou padrões específicos que refletem tanto o histórico de urbanização do município quanto às dinâmicas socioeconômicas que condicionam a ocupação do espaço urbano. Conforme apresentado na Figura 2, os diferentes tipos de déficit evidenciam a existência de áreas mais vulneráveis, com destaque para as proximidades do Rio Paraíba do Sul, onde se estabeleceram as primeiras ocupações urbanas.

FIGURA 2 – Espacialização do Déficit Habitacional de Jacareí-SP



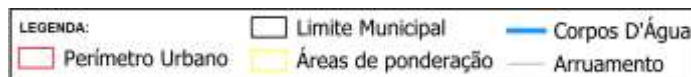
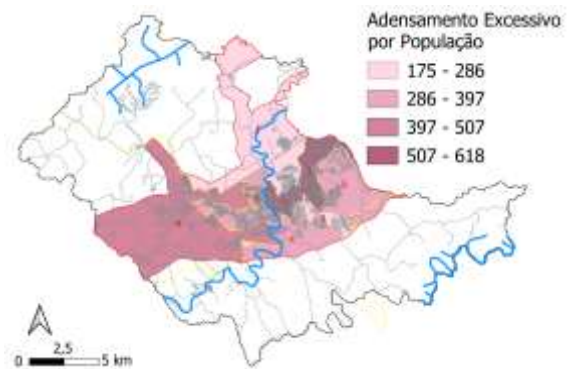
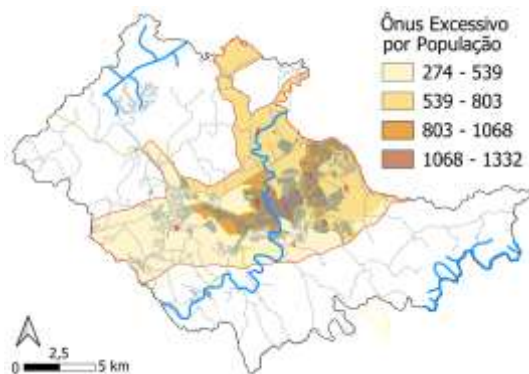
III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

c) Ônus Excessivo com Aluguel

d) Adensamento Excessivo de Moradores em Domicílios Alugados

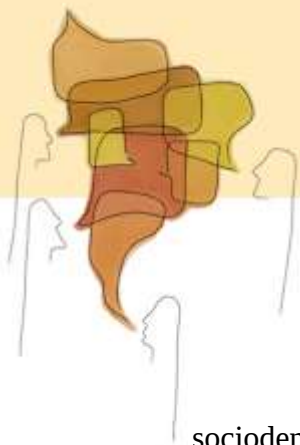


Fonte: Elaboração própria (2025).

As habitações precárias concentram-se predominantemente na região central e na zona norte da cidade. As áreas de ponderação 02 e 05 apresentam o maior número de pessoas nessa condição, que totalizam 478 pessoas, o que corresponde a 144 domicílios que precisam ser repostos para a eliminação dessas necessidades desse componente. Esse tipo de déficit está relacionado à materialidade das habitações, porém segundo a metodologia da FJP não é computado as condições da infraestrutura urbana desses locais.

A coabitação familiar não desejada, o ônus excessivo com aluguel e o adensamento excessivo em domicílios alugados apresentam alta incidência nas áreas centrais, e se estende para as regiões oeste e leste do município. As áreas de ponderação 01, 05 e 07 se destacam cada uma com mais de mil indivíduos afetados por esses componentes.

De modo geral, a coabitação familiar representa o principal componente do déficit habitacional em Jacareí, seguida pelo ônus excessivo com aluguel. Essas condições afetam principalmente a região central e os eixos oeste e leste do município. A porção leste, além disso, sofre com a conturbação com São José dos Campos, o que impulsiona a formação de uma periferia que compartilha problemas de crescimento e integração, especialmente ao longo da rodovia. Essa realidade não apenas reflete o histórico de desigualdades socioespaciais de Jacareí, mas também evidencia a urgência de estratégias habitacionais que rompam os ciclos de exclusão e promovam a justiça social.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

A análise a seguir abordará três grupos de variáveis relacionadas aos aspectos sociodemográficos, educacionais e econômicos que caracterizam a população em situação de déficit habitacional. Inicialmente, cada variável será examinada individualmente para identificar padrões específicos dentro de cada grupo. Em seguida, as análises serão cruzadas dentro de cada grupo, a fim de comparar os diferentes fatores que influenciam a vulnerabilidade habitacional. Por fim, os três grupos serão inter-relacionados, para a identificação de padrões mais amplos no déficit habitacional, a partir da interação entre condições sociodemográficas, educacionais e econômicas.

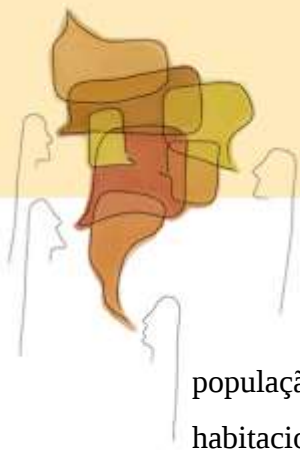
Grupo 1 – Sexo, cor ou raça, estado civil

A análise das variáveis sociodemográficas do Grupo 1 revela diferenças significativas no perfil populacional das famílias em situação de déficit habitacional. Os dados evidenciam desigualdades de gênero, raça e composição familiar, que refletem dinâmicas socioeconômicas estruturais e padrões de vulnerabilidade habitacional.

A distribuição do déficit por sexo indica que mulheres estão mais associadas à coabitação familiar não desejada (55%), ônus excessivo aluguel (54%) e adensamento familiar em domicílios alugados (52%). Essa predominância pode estar relacionada ao maior número de domicílios chefiados por mulheres, o que frequentemente está associado a instabilidade econômica e menores rendimentos médios em comparação aos domicílios chefiados por homens. Essa disparidade também se manifesta na composição familiar, onde as mulheres, em sua maioria, acumulam a responsabilidade pelo sustento do lar, o que as torna mais suscetíveis a condições habitacionais adversas.

Por outro lado, as habitações precárias, apresentam uma distribuição equilibrada entre homens e mulheres (50% cada), isso indica que, embora algumas formas de déficit afetem mais as mulheres, os problemas estruturais de moradia atingem ambos os sexos.

Os dados da variável cor ou raça reflete que pessoas autodeclaradas brancas são maioria entre aqueles sem déficit (71%), enquanto sua participação diminui significativamente entre os grupos em situação de déficit. Em contrapartida, indivíduos pardos e pretos estão representados em maior proporção nas categorias de déficit, principalmente em habitações precárias, no qual totalizam 52% (34% pardos e 18% pretos). Esses números evidenciam padrões de segregação urbana e acesso desigual à moradia, e reforçam que a



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

população negra no Brasil enfrenta maiores barreiras para inserção em condições habitacionais adequadas, como resultado de fatores históricos e socioeconômicos.

A análise do estado civil da população revela que pessoas solteiras representam a maior parte dos indivíduos afetados pelo fenômeno, especialmente nas categorias de habitações precárias (55%), adensamento excessivo (44%) e ônus excessivo com aluguel (43%). Esse padrão sugere que indivíduos sem arranjos familiares consolidados enfrentam maiores dificuldades no acesso à moradia digna e/ou própria, o que os leva a compartilhar domicílios alugados ou destinar acima de 30% da sua renda ao pagamento de aluguel.

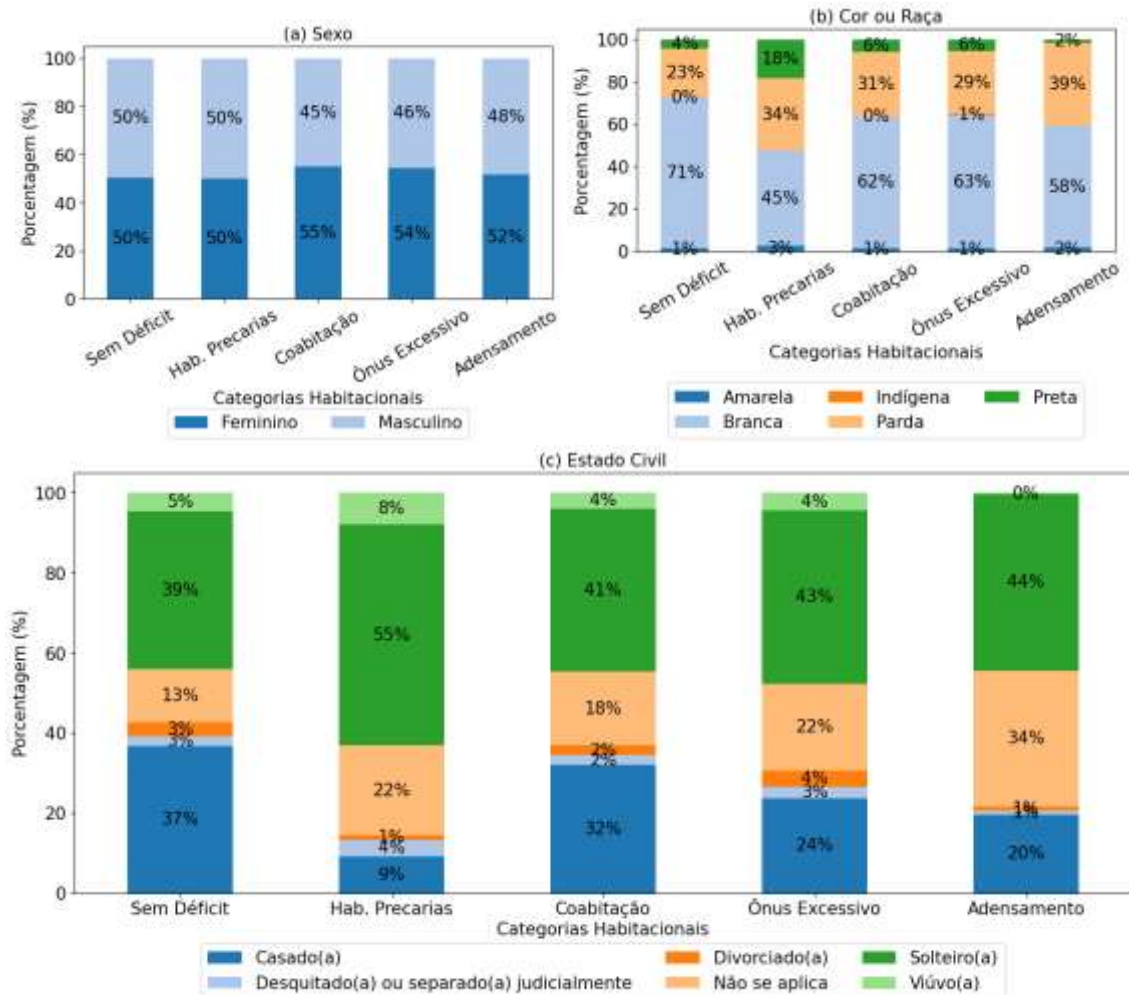
Importa destacar que a variável “estado civil” possui limitações metodológicas para captar a diversidade dos arranjos familiares contemporâneos. Pessoas em uniões consensuais ou em domicílios unipessoais podem ser classificadas como solteiras. Embora o cruzamento com a composição familiar tenha buscado atenuar essa limitação, reconhece-se a necessidade de aprofundar essa análise em estudos futuros.

III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

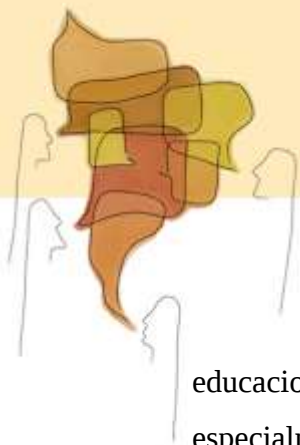
FIGURA 3 – Distribuição percentual das variáveis por categorias



Fonte: Elaboração própria (2025).

Em algumas categorias, como o estado civil, destaca-se a presença significativa da opção “não se aplica”, que abrange crianças, adolescentes e outros perfis não classificados nas categorias tradicionais. Esta presença reforça a necessidade de leituras críticas dos dados e de utilização de variáveis complementares para captar nuances familiares complexas.

A interseção entre sexo, cor ou raça e estado civil reforça a vulnerabilidade de determinados grupos na estrutura habitacional do município. Mulheres negras e pardas, especialmente as que são chefes de famílias e solteiras, estão mais expostas a condições habitacionais em déficit, seja pela necessidade de compartilhar moradia, coabitação forçada, pelos custos elevado de aluguel ou pela precariedade estrutural dos domicílios. Esses dados sugerem que políticas públicas focadas em mulheres chefes de família e qualificação



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

educacional podem ser mais eficazes para enfrentar o déficit habitacional em Jacareí, especialmente considerando a relação entre gênero, raça e classe social. Esses dados sociodemográficos deixam evidente que gênero e raça são fatores estruturantes do déficit em Jacareí – um padrão que, como veremos, se intensifica ainda mais ao analisarmos a escolaridade e a renda.

Grupo 2 – Alfabetização e nível de instrução

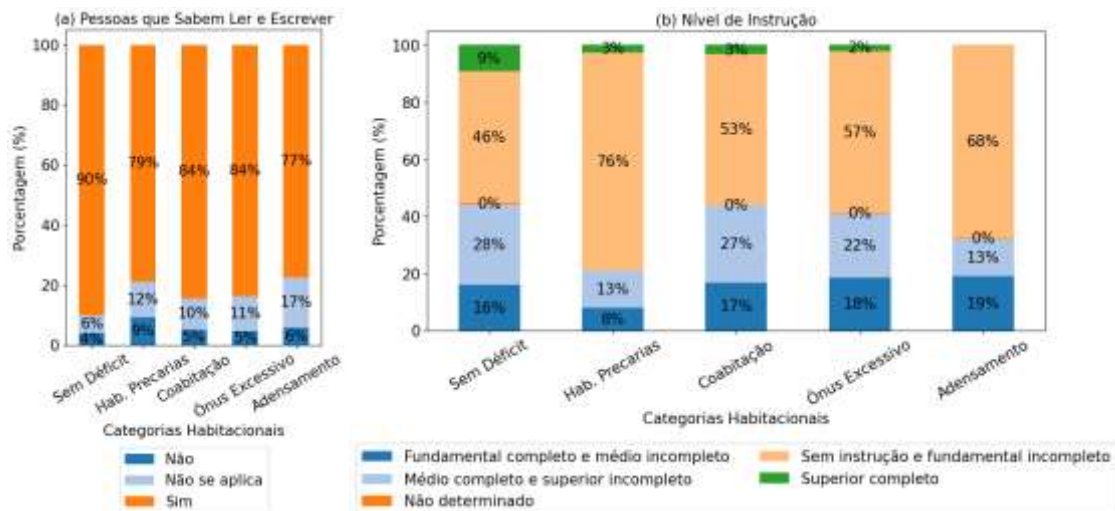
A análise das variáveis educacionais evidencia uma relação direta entre escolaridade e vulnerabilidade habitacional. Os dados demonstram que a população em situação de déficit apresenta níveis educacionais inferiores quando comparada àquelas sem déficit, o que reforça a influência da educação na mobilidade socioeconômica e no acesso a condições habitacionais adequadas.

Por mais que a grande maioria dos indivíduos saibam ler e escrever as condições de déficit indicam menores percentuais com relação aos 90% de pessoas alfabetizadas nos domicílios sem déficit. A baixa escolaridade tende a perpetuar ciclos de vulnerabilidade intergeracional e dificultar a superação das condições habitacionais adversas.

No que se refere ao nível de instrução, a maior concentração de pessoas sem instrução e fundamental incompleto ocorre entre aqueles que residem em habitações precárias (76%) e adensados (68%). Esses percentuais indicam que a limitação educacional reflete diretamente nas condições habitacionais mais vulneráveis.

Além disso, observa-se que o percentual de indivíduos com ensino superior completo é majoritariamente encontrado nos domicílios sem déficit (9%), enquanto nos demais grupos essa porcentagem cai ainda mais significativamente, entre 2% (ônus excessivo) e 3% (habitação precária e coabitação).

FIGURA 4 – Distribuição percentual das variáveis por categorias



Fonte: Elaboração própria (2025).

A interseção entre alfabetização, nível de instrução e os componentes do déficit evidencia como a educação desempenha um papel fundamental na trajetória socioeconômica das famílias. A predominância de indivíduos com baixa escolaridade em domicílios em déficit reforça a correlação entre menor nível educacional e condições habitacionais mais vulneráveis. Da mesma forma, a baixa presença de pessoas com ensino superior completo nos domicílios com déficit demonstra que maiores níveis de escolaridade estão associados a melhores condições habitacionais, ainda que a desigualdade de acesso ao ensino superior limite esse avanço.

Grupo 3 – Rendimento mensal total em número de salários mínimos

A análise da distribuição da renda revela que a maioria das famílias nos diferentes tipos de déficit circunda entre 4 e 5 salários mínimos. É importante destacar que os dados referem-se ao ano de 2010, quando o salário mínimo era de R\$ 510,00. Dessa forma, essa faixa de renda correspondia a valores entre R\$ 2.040,00 e R\$ 2.550,00 na ocasião.

Os dados indicam uma tendência clara nas condições socioeconômicas das famílias analisadas. Se por um lado, a maior parte das famílias recebe entre 4 e 5 salários mínimos (Figura 5a), por outro, o número predominante de pessoas na família é de 3 ou 4 pessoas (Figura 5c), o que resulta em uma renda per capita pouco maior que um salário mínimo (~1,28 na média simples). No contexto de pagamento de aluguel, essa disparidade se agrava,



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

uma vez que a renda per capita das famílias torna-se inferior ao valor de um salário mínimo ($\sim 0,90$ na média simples). Esse cenário evidencia desafios significativos para a sustentabilidade econômica dessas famílias, principalmente no que se refere à capacidade de arcar com custos de moradia, o que gera pressões sobre a renda disponível, o que amplia a vulnerabilidade socioeconômica.

A composição familiar indica que a presença de casais com filhos é predominante em todas as categorias, especialmente nos casos de adensamento excessivo (80%). Em contrapartida, casais sem filhos têm maior percentual em habitações precárias (18%) e em situações sem déficit (10%). Mulheres sem cônjuge com filho(s) e mulheres sem cônjuge com filho(s) e com parente(s) representam 25% do déficit de ônus excessivo e 20% das habitações precárias. Por outro lado, homens sem cônjuge com filho(s) e homens sem cônjuge com filho(s) e com parente(s) que totalizam apenas 3% em ambos os tipos de déficit.

Nota-se que os 47% “vide observação” da Figura 5b são representados pela composição familiar das famílias conviventes secundárias, compostas por 17% casal com filho(s), 8% casal sem filho(s) e 22% mulher sem cônjuge com filho(s). Já os 8% do ônus excessivo, 11% das habitações precárias e 4% dos sem déficit representado pela categoria “vide observação” são compostos de domicílios unipessoais.

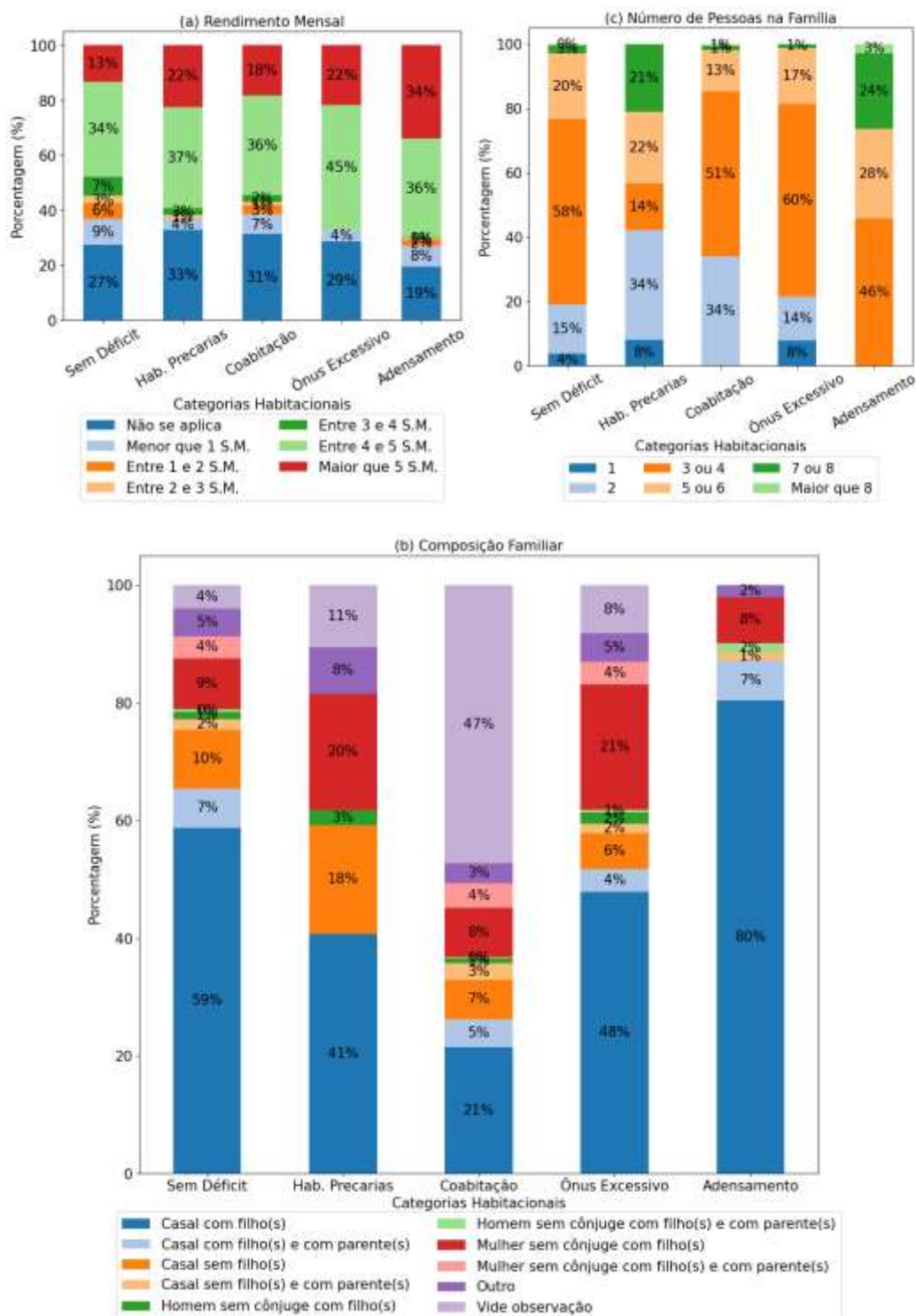
A distribuição do número de integrantes nos domicílios revela que as famílias de 3 ou 4 pessoas são a maioria em todas as categorias, com destaque para ônus excessivo (60%) e sem déficit (58%). Por outro lado, domicílios com 7 ou 8 pessoas apresentam maior frequência no adensamento excessivo (24%) e habitações precárias (21%). Cabe lembrar que o adensamento excessivo é caracterizado por domicílios com mais de três moradores por dormitório, enquanto as habitações precárias são aquelas consideradas improvisadas ou rústicas.

III Semana da Demografia

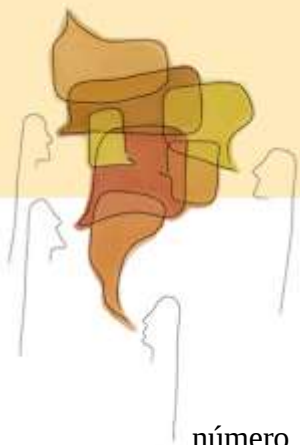
Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

FIGURA 5 – Distribuição percentual das variáveis por categorias



Fonte: Elaboração própria (2025).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

A interseção entre as três dimensões analisadas - renda, composição familiar e número de pessoas na família - revela padrões significativos na estrutura das famílias em déficit. A concentração de famílias com renda entre 4 e 5 salários mínimos sugere que, embora não estejam em situação de extrema vulnerabilidade econômica, essas famílias enfrentam dificuldades para arcar com os custos habitacionais, especialmente devido ao peso do aluguel.

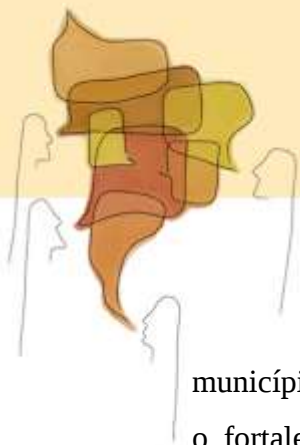
Além disso, a predominância de casais com filhos e a alta presença de mulheres chefe de família em condição de ônus excessivo ou habitação precária indicam a fragilidade social dessas composições familiares. Por fim, a distribuição do número de pessoas nas famílias reforça a relação entre o tamanho da família, o rendimento familiar mensal e as condições de moradia, o que evidencia que situações de adensamento excessivo são mais comuns em famílias mais numerosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o perfil sociodemográfico das famílias em déficit habitacional no município de Jacareí-SP permitiu uma análise aprofundada das condições socioeconômicas e demográficas que caracterizam essa parcela da população. A partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 e da metodologia da Fundação João Pinheiro, foi possível identificar que o déficit habitacional no município está predominantemente associado à coabitação familiar não desejada e ao ônus excessivo com aluguel, e afeta principalmente mulheres, indivíduos autodeclarados pretos e pardos, e famílias com menor nível de escolaridade e renda.

A espacialização do déficit habitacional revelou que as áreas mais vulneráveis estão concentradas na região central e nas zonas leste e oeste do município, reflexo dos padrões históricos de urbanização desordenada e crescimento periférico. Ademais, constatou-se que a precariedade habitacional não está apenas relacionada à estrutura física das moradias, mas também às condições socioeconômicas das famílias, o que evidencia a necessidade de soluções integradas, tanto na oferta de moradia quanto o acesso a melhores condições de educação e renda.

Os resultados deste estudo oferecem subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas, e que vise a redução das desigualdades habitacionais no



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

município. Destaca-se a importância de iniciativas que promovam o acesso à moradia digna e o fortalecimento de programas sociais que garantam melhores condições de vida para a população vulnerável.

Estudos futuros poderão aprofundar esta análise utilizando os dados do Censo Demográfico de 2022, permitindo a avaliação da evolução do déficit habitacional em Jacareí-SP. A adaptação da metodologia da FJP aos microdados demonstrou sua eficácia para a análise intraurbana das vulnerabilidades, reafirmando a necessidade de monitoramento contínuo das dinâmicas socioespaciais e de defesa do direito à moradia digna.

A adaptação da metodologia da Fundação João Pinheiro aos microdados do Censo Demográfico 2010 revelou-se uma estratégia eficaz para compreender a complexidade da vulnerabilidade habitacional em nível municipal. A espacialização do déficit habitacional possibilita a identificação de padrões intraurbanos muitas vezes invisibilizados em análises mais agregadas, subsidiando políticas públicas mais direcionadas e eficazes. Com a divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 2022, novas possibilidades de aprofundamento e atualização dessa análise se abrem, reforçando a necessidade de contínua observação das dinâmicas socioespaciais e seus impactos sobre o direito à moradia.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/11899-6, pelo financiamento da pesquisa que originou este artigo. Também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro às demais autoras por meio de bolsas de estudo.

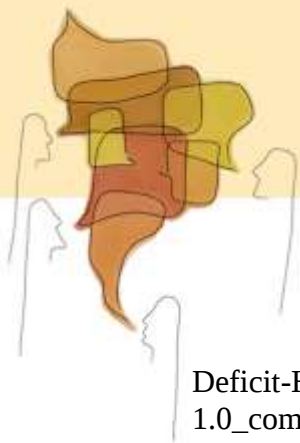
REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1988.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2022**. Belo Horizonte, MG, 2023.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2016-2019**. Belo Horizonte, MG, 2021.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte, MG, 2019. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03_Relatorio-Metodologia-do-



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Deficit-Habitacional-e-da-Inadequacao-de-Domicilios-no-Brasil-2016-2019-v-1.0_compressed.pdf. Acesso em: 05 fev. 2024.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte, MG, 2013.

FORCEL, Priscila Kauana Barelli *et al.* Necessidade e déficit habitacional: uma análise das habitações precárias no município de Jacareí-SP. **Revista de Arquitetura IMED**, Passo Fundo, RS, v. 13, n. 2, p. 86-101, 2024. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/arqimed/article/view/5140/3376>. Acesso em: 11 jan. 2025.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, RJ, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro, RJ, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Microdados/. Acesso em: 06 jul. 2022.

JACAREÍ (CIDADE). Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PLHIS)**. Jacareí, SP: Fundação Pró-Lar, 2010.

MAGNABOSCO, Ana Lélia; CUNHA, Patrícia Helena Fernandes; GARCIA, Fernando. Metodologia de mensuração do déficit habitacional no Brasil: uma comparação conceitual e empírica – 2001 a 2009. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, SP, v. 23, n. 2(42), p. 269-290, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/13072/9572>.

MARICATO, Erminia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 121-192.

MARICATO, Erminia. **Habitação e cidade**. São Paulo, SP: Atual Editora, 1999.

MIRANDA-RIBEIRO, Adriana; VIANA, Raquel Mattos; AZEVEDO, Sérgio. Déficit habitacional municipal em Minas Gerais. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, MG, v. 25, n. 43, p. 144-162, 2015.

MIRANDA-RIBEIRO, Adriana; VIANA, Raquel Mattos; SALIS, Raíza Maciel. Déficit habitacional no Brasil em 2007 e 2008: notas metodológicas e principais resultados. **Revista Geografias**, Belo Horizonte, MG, v. 9, n. 1, p. 97-115, 2013. <https://doi.org/10.35699/2237-549X.13356>

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Déficit habitacional en América Latina y el Caribe: una herramienta para el diagnóstico y el desarrollo de políticas efectivas en vivienda y hábitat**. New York, NY, 2015. Disponível em: <https://unhabitat.org/books/deficit-habitacional-en-america-latina-y-elcaribe/>.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2015.

RUSSO, Endyra de Oliveira. O que o indicador indica? O déficit habitacional no Brasil e as disputas em torno de sua elaboração, em meados dos anos 1990. In: CARDOSO, A. L.;



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

JAENISCH, S. M.; ARAGÃO, T. A. **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise.** Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017. p. 51-83.

SANTANA, Rhaiana Bandeira. **Análise dos indicadores de déficit habitacional e inadequação de domicílios.** 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Tecnologia de Produção do Ambiente Construído, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020.

VIEIRA, Edson Trajano *et al.* O impacto da industrialização no processo de urbanização de Jacareí, SP. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 24, n. 3, p. 925-942, 2023. DOI: 10.20435/inter.v24i3.3802.

VIEIRA, Ionice Gonçalves. **Novas formas de urbanização, estudos de condomínios fechados relacionados ao programa “Minha Casa Minha Vida”, Jacareí, São Paulo,** 2015. 156f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, 2015.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** São Paulo, SP: Studio Nobel, 2012.